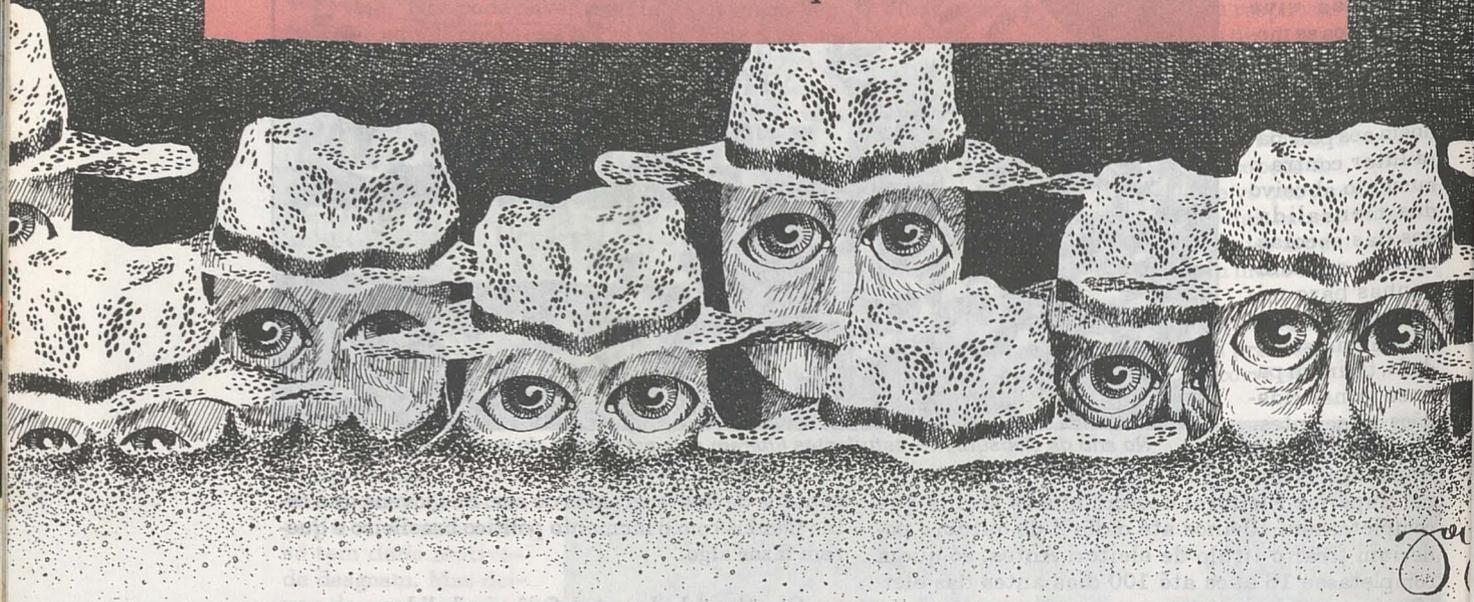


A formação de novos cidadãos

Cabe à escola lutar por um saber transformador, formando indivíduos conscientes de sua força política e acreditando mais na solidariedade do que no individualismo



Sandra Almada

Há cerca de cinco anos, Xuxa Meneguel estreava um novo programa. A programação, que levava a garotada ao delírio, não conseguia passar incólume pelo olhar crítico de pais e educadores. Segundo estes, havia estímulo ostensivo e exagerado à competição entre as crianças.

A apresentadora rebateu dizendo: “Acho uma bobagem não ensinar a competir, pois no mundo em que vivemos só os melhores vencem.”

Esta discussão tem como pano de fundo uma preocupação histórica das sociedades humanas: decidir quais os fins da educação das novas gerações.

“O filósofo grego Aristóteles dizia que era difícil saber se devemos ensinar à juventude aquilo que há de lhe ser útil na vida, ou aquilo que a conduzirá à virtude. Esse dilema aparece hoje, quando se pensa se devemos educar para a competitividade, valor básico do sistema capitalista, ou então estimular nos jovens outra forma de proceder”, indaga a professora Nilda Teves, autora de *Cidadania – uma questão para a educação*, tese de doutorado em Educação Brasileira, lançada pela editora Nova Fronteira no

ano passado. Em entrevista a *cader-nos do terceiro mundo*, ela debate a educação para a cidadania. Segundo a professora, nosso passado histórico e o legado que nos deixou a colonização portuguesa “abriram caminho para uma aprendizagem perversa de nosso povo, acostumado à imagem do governo-pai. A figura do ‘salvador da pátria’, que aparece nos resultados das eleições, tem raízes aí”, argumenta.

Neste quadro, a educação participa ajudando a formar um povo de cidadãos, com consciência crítica, cientes do papel que lhes cabe no jogo político da sociedade de classes, e, sobretudo, engajado na construção de uma ordem social mais justa.

Preocupação histórica – Na sociedade ocidental, sempre coube ao grupo hegemônico elaborar o projeto do ser humano que se quer formar. A cada época, atrelado à mudança de mentalidade, das normas, interesses e princípios morais, surgia um projeto de educação. A elite da antiguidade greco-romana decidiu-se pelo “homem político”; na Idade Média, o Renascimento foi a vez do “cortesão”; no século XVIII, a do “homem culto”.

Criado na realidade europeia do século XIX, ainda sob os reflexos do Século das Luzes, o cidadão moderno nasceu embalado pelas idéias liberais. Ele surgiu com a ascensão da classe burguesa e estaria fadado à liberdade individual. Na economia, o mercado auto-regulável – um dos princípios do liberalismo econômico – lhe asseguraria a liberdade das trocas livres, sem a intervenção de nenhuma instância reguladora. “Na esfera privada”, acrescenta Nilda Teves, “a família procura preservar-lhe a privacidade. No âmbito político, cabia ao governo, na figura do Estado, garantir-lhe o direito à liberdade e a defesa da propriedade”.

Hoje, a quantas anda a cidadania liberal? Com que grau de conflitos vêm se estabelecendo as relações entre Estado e cidadãos? Com dois terços da população do planeta vivendo na pobreza, para onde caminham as nações?

Drama mundial – Segundo Nilda Teves, o mundo vive hoje em contrastes extremos. A superabundância e a escassez, a riqueza milionária e a penúria total afetam de maneiras diferentes todos os povos. “As multinacionais estão levando ao impasse os Estados nacio-

nais da América Latina e do Caribe. Na maioria destes países o Estado está desgastado pela perversidade do subdesenvolvimento, que é a falta de soberania, deslocada do país de origem para aquele que o mantém sob domínio."

Podado pelas exigências de agências de financiamento, tais como o Fundo Monetário Internacional (FMI), sem independência para implementar políticas que vão ao encontro das necessidades prementes da população, os governos dos países pobres assistem ao naufrágio de seus projetos de desenvolvimento. Os custos sociais e políticos são altos. O aumento da criminalidade, a desagregação familiar, a alta taxa de consumo de drogas são mazelas comuns a todos eles.

De acordo com Nilda, os países periféricos vêm eventuais soluções escarlates entre os dedos. O setor industrial, que poderia ser parceiro na empreitada de equacionar os problemas nacionais, nem sempre está disposto a colaborar com novos empregos, com o barateamento dos custos de produção e diminuição da lucratividade. Sozinhos diante dos antagonismos, os governos não têm como enfrentá-los.

"Por que a classe empresarial procede assim?", indaga a educadora. "Não é difícil entender quando se conhecem a composição dessa classe social e seus compromissos com o capital internacional. Algumas empresas já são transnacionais e, como o capital não tem pátria, é indiferente para elas radicar-se no Brasil, Chile, China ou Japão. O que conta são os lucros e a garantia de que podem transferi-los para onde bem entenderem. Assim, essas empresas ameaçam a soberania dos países em que se instalam", adverte.

Dominação – O caso brasileiro merece uma reflexão específica. Na voz do cidadão comum e também daquele com visão mais "ampla", escuta-se num tom entre o sarcasmo e a crítica que "cada povo tem o governo que merece". Para Nilda Teves, "entender as relações de dominação que aqui se processaram e que funcionam como freio ao nosso processo de emancipação, assim como compreender a dinâmica da formação político-cultural de nosso povo, que o mantém nessa situação de dependência, é fundamental para definir o que é educação para a cidadania".

À procura destas pistas, a educadora centra o foco na sociedade escravocrata no Brasil. "Nas origens da nossa formação está uma ordem senhorial e escravocrata que ensinou a negros, mestiços e brancos a se ajoelhar e pedir favores a agradecer esses favores, mas não se imaginar semelhante, e muito menos igual em direito", ensina. Esta cultura de dependência mútua – entre senhores e escravos – estaria inibindo, até hoje, os processos de autonomia, de crença na capacidade de resolver por si mesmo seus próprios problemas, atitude fundamental à autêntica cidadania. "Em seu lugar", diz a professora, "forjaram-se a arrogância das elites, a timidez, a insegurança e o ressentimento

importantes, ou de alguma forma está ligado a elas. No caso norte-americano, a frase é "Quem você pensa que é?". Ela se impõe ao interlocutor, impelindo-o a que se coloque na condição de um cidadão igual, sem privilégios, com os mesmos direitos e deveres daquele que com ele fala.

Se, no Brasil, falar com alguém referindo-se a outrem que tem prestígio e poder é apenas um exemplo de nossos hábitos políticos, a isto somam-se, ainda, o favor, o jeitinho, o agrado, traços da nossa cultura da malandragem. Tais características culturais não devem ser entendidas como perversão ou falta de caráter do povo. Nilda explica que se tornou até difícil aceitar procedimentos mais universais, menos clientelistas, tendo em vista que aqui se sabe que "existem as leis, mas também as formas oficiais de burlá-las".

Vivendo esta complexa rede de relações sociais, conturbada pela crise ética que compromete a visão que projeta de si mesma, a sociedade brasileira vive momentos traumáticos. Nesse quadro, que se insere no panorama não menos preocupante da crise internacional, educar para a cidadania é extremamente importante. Não só às gerações de jovens e crianças, como também aos indivíduos adultos que integram a sociedade do país, devem ser dadas oportunidades de acesso, pela via do conhecimento sistematizado, oferecido pela escola, a formas de reflexão e de crítica frente à complexidade do mundo moderno. Sabemos que ter escolaridade, em nossa sociedade, ainda não é garantia de conversão à cidadania. No processo de exclusão imposto pelo sistema econômico, até letrados encontram-se às margens do conjunto da sociedade. Cabe à escola, portanto, reverter qualquer tendência que a faça, como instituição, reproduzir mecanismos de exclusão que afastem as classes populares do acesso ao saber. Um saber que seja transformador, que desenvolva no corpo da sociedade uma ética menos individualista, revigorando idéias de solidariedade e fraternidade, fortalecendo o entendimento, o compromisso e a força política dos indivíduos, transformando-os em cidadãos, "sem medo do poder do Estado, nem tão pouco ambicionando-o como forma de subordinar seus semelhantes".

*No Brasil,
a frase padrão é:
"Sabe com quem está
falando?" e
nos Estados Unidos
seria: "Quem você
pensa que é?"*

das classes populares". Nilda acrescenta que nossos atuais políticos não aprenderam com Maquiavel como conservar o poder, mas com fazendeiros e coronéis e também com os escravos. E nesse aprendizado incluem-se os obstáculos que precisam ser criados para excluir as massas dos processos decisórios, deixando para os políticos a negociação dos conflitos. E também, é claro, as benesses do poder.

EUA e Brasil – Duas frases bastante distintas explicam, segundo a educadora, os caminhos diferentes que Estados Unidos e Brasil trilharam na busca de seus direitos civis, políticos e sociais. "No Brasil, a frase emblemática é: "Sabe com quem você está falando?". Esta frase pretende convencer o outro de que não está falando com qualquer um. O autor da frase é "superior", ou porque tem dinheiro, ou descende de famílias